

EDUCAÇÃO NO ÂMBITO SOCIAL

Gerson Assis dos Santos Junior¹

RESUMO: Este artigo pretende discutir a problemática da educação favorecida pelo exercício da cidadania, estabelecendo relações e diálogos diretos com a necessidade de reeducação de valores sociais pela inserção social através da abordagem curricular. Investigar as relações e associações entre currículo e cidadania, trazendo à tona o processo curricular como promotor de cidadania de modo a revelar em quais dimensões a abordagem curricular democrática possibilita a construção, a significação e inclusão social por meio da consolidação de valores/princípios sociais. Nessa perspectiva, intentar-se-á manifestar sobre quais princípios pedagógicos a educação como fruto de cidadania deve implicar no desenvolvimento social, validado, por sua vez, pela solidificação dos saberes contextuais-culturais, os quais desencadeiam uma série de ações e reações na forma de se conceber o mundo, bem como as relações homem-mundo, configurando transformações sociais por meio da discussão cidadã nos espaços formais de ensino.

Palavras-Chave: Educação. Currículo e Cidadania. Valores Sociais.

ABSTRACT: This article discusses the problem of education favored by citizenship, establishing relationships and direct dialogues with the need for rehabilitation of social values for social integration through curricular approach. To investigate the relationships and associations between curriculum and citizenship, bringing up the curriculum process as a promoter of citizenship in order to reveal the dimensions in which democratic curricular approach enables the construction, meaning and social inclusion through the consolidation of values/social principles. From this perspective, it will bring manifest pedagogical principles on which education as a result of citizenship must involve in social development, validated, in turn, by the solidification of contextual and cultural knowledge, which set off a chain of actions and reactions in the form of conceiving the world as well as world-relations man, configuring social change through discussion citizen in the formal education.

Keywords: Education. Curriculum and Citizenship. Social Values.

INTRODUÇÃO

A crescente interação e total imersão do homem à realidade capitalista são postas em iminente discussão, visto que a tendência é que essa verdadeira dependência ao sistema se torne cada vez mais frequente na era pós-moderna. Apesar de facilitar e muito a vida do homem, há o perigo na contemporaneidade de os

¹Graduando em Letras (Licenciatura) com habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, *Campus XVIII*, Eunápolis; Bolsista de Iniciação Científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB. E-mail: juninhoassis@bol.com.br

valores tendenciosos do sistema vigente manipularem e cercearem a maneira do homem pensar e agir, risco este que não nos é desconhecido, já que os meios de comunicação de massa se encarregam de fazer isto, visando explorar também o misterioso território da “atenção consciente” de grande parte dos indivíduos que se valem dos moldes sociais, configurados pelo capitalismo atual, que propícia a geração de desigualdades econômicas (ricos cada vez mais ricos e pobres cada vez mais pobres); individualismo social; egoísmo; ruptura comunitária e social.

Revela-se, assim, um fenômeno com duas interfaces dadas em sociedade: ao mesmo momento que o homem é caracterizado pela capacidade de interliga-se com o mundo que o cerca, através do que o capitalismo lhe possibilita, vê-se, em contrapartida, a definição de uma contemporaneidade mergulhada no individualismo social, deveras aceito em espaços restritos, comunidades, tribos e grupos sociais que comungam objetivos, compostas por identidades e ideologias específicas, dotadas de particularidades que os diferencia do “todo social”.

Em uma sociedade em constante transformação e desenvolvimento que abarca uma série de modificações no cerne da educação enquanto estruturação curricular da escola mediante as novas concepções de aprendizagem autônoma, flexível, dialogada e disseminada a todos os sujeitos envolvidos na construção do homem enquanto totalidade, a cidadania possui poder vital para o desenvolvimento do homem moderno, com vistas a um modelo de educação inclusiva e libertária. Apesar de no contexto tecnológico, de consumo e da mundialização da economia e da cultura, em que os indivíduos são seduzidos a viver os valores das grandes elites econômicas nos mais diversos aspectos da vida social, tem-se percebido que a cidadania necessita de um elevado nível de socialização do saber científico. Do contrário, seremos apenas consumidores ou não, a valer a condição socioeconômica e dos valores que consolidamos e que se sobrepõem à nossa realidade.

Currículo escolar e formação da cidadania

A educação para a cidadania objetiva fazer de cada pessoa um agente de transformação. Todavia, tal pressuposto exige uma reflexão que possibilite compreender as raízes históricas da situação de miséria e exclusão em que vive boa

parte da população, mas também a própria construção curricular dos princípios e discursos que regem a operacionalização do 'ser escola' ao longo da história da educação. A formação política, que tem no universo escolar um espaço privilegiado, deve propor caminhos para mudar as situações de opressão, visto que a ideia de educação deve estar intimamente ligada às de liberdade, democracia e cidadania, sendo a educação validada através de uma concepção de democracia que também seja democrática.

Diante disso, os princípios da liberdade, igualdade, democracia e solidariedade humana não podem ser subservientes ao que apregoa o individualismo e a competição, na busca do lucro capital e acumulação de bens os quais configuram o sistema sociopolítico da pós-modernidade. Partindo dessa ideia, uma nova cidadania deve ser concebida a discussão por intermédio das novas percepções em torno da tessitura curricular que, por sua vez, deve pautar-se nos princípios constitucionais, promotores do exercício da cidadania.

Para tal, o ensino deve voltar-se tanto às áreas convencionais do conhecimento, quanto nos temas diretamente relacionados com o exercício da cidadania, imbuídos da responsabilidade de desenvolver educação comprometida com o desenvolvimento de capacidades que permitam intervir na realidade para transformá-la, fomentando posicionamentos contextuais e estruturais em relação às questões sociais que interpretem a tarefa educativa como uma intervenção na realidade, não a tratar os valores apenas como conceitos ideais, mas, todavia, despertar para as consciências dos direitos e deveres a fim de gerir uma concepção da educação consolidada em espaços extra e intracurriculares como possibilidade de promover e efetivar a construção da cidadania no berço da sociedade contemporânea por meio das ações pedagógicas, sociais, politizadoras e democráticas.

Pode-se até ser entendida a realidade humana na pós-modernidade pela manifestação da dualidade e pensamento paradoxal, estando o homem em um estágio de conflito, só que não em uma perspectiva intimista e subjetiva, valendo-se dos princípios e valores eminentemente humanos, mas penso que esse dualismo emergente se dá por meio das contradições e disparidades evidenciadas em tudo o que diz respeito às relações humanas na coletividade, as quais estão colaborando para que se observem as semelhanças e diferenças nas diversas comunidades. Ser

totalizante e holístico versus o fragmentado e cartesiano, o homem sistêmico a universalista versus o individualista, o capitalista alienado versus ao homem planetário e ecoglobal, enfim, são temáticas intrínsecas nas discussões sobre as relações dadas sociedade, no que tange à postura do homem sobre as problemáticas que o envolvem.

Constata-se, na contemporaneidade, que as comunidades sociais têm sido afetadas em sua composição. Assim, a destituição de valores humanos e princípios sociais têm corroborado para que as instituições sociais sejam tomadas por uma onda tecnicista e aversa a real concepção de instituição humana, que é o de formar e preparar para o livre exercício da cidadania. O universo social da realidade educacional em diálogo com a necessidade de conceber a aprendizagem cidadã vinculada aos pressupostos sociológicos posta a desconstrução de paradigmas históricos, epistemológicos, filosóficos no cenário de uma educação ora tida como moderna, a qual corresponda efetivamente às cobranças e/ou determinações da pós-modernidade, através de sua perspectiva sistêmica na construção de novas abordagens estruturais educacionais que deem conta dos novos perfis dos sujeitos sociais. Sendo assim, as reflexões fundamentais no tecer do entendimento acerca da conexão educação-cidadania, levantando questionamentos sobre a funcionalidade das propostas educacionais no desenvolvimento de propostas que correspondam e justifiquem a inserção da aprendizagem cidadã, valendo-se de sua amplitude curricular, saberes, valores e princípios sociais que fundamentem tal abordagem no seio curricular institucional.

O que vem a ser entendido como cidadania e como se deu sua percepção através das relações com a coletividade, bem como a forma a qual era evidenciado o espírito cidadão nacionalista na consolidação dos valores na sociedade brasileira, revela-se como encargo da escola a aquisição tradicional de propostas com vistas à disseminação de valores morais e de conduta social, atreladas apenas à transmissão arbitrária, unilateral e homogenia de uma concepção de cidadania tendenciosa, a qual não faz jus às finalidades planetárias e globais que figura o caráter holístico da significação da terminologia “cidadania”.

Assim, caracteriza-se o contexto atual como um momento de crise, ou melhor, de reconstrução da compreensão do real valor exercido pela cidadania, ao passo que

se intenta de maneira progressiva à tida “evolução” da sociedade nos moldes tão somente econômicos e políticos. Essa reconstrução é ratificada pelos reais valores idealizados na concretização da temática cidadã, apropriando-se dos ideais de liberdade, igualdade, solidariedade na esfera social, corroborando para o alcance da função e dos espaços, os quais são responsáveis pela instituição dos valores cidadãos. Diante disso, a escola ou mesmo os espaços de formação informal devem ser vistos como instituições diretamente responsáveis pela reconstrução social, bem como dos problemas que emergem dos paradoxos e inquietações humanos dados em sociedade, sendo o universo educacional partícipe e atrelado aos variados segmentos estatais na consolidação da cidadania. Elucida-se, assim, acerca da falsa conclusão de que o ambiente educativo é o espaço onde se dá os fenômenos sociais, dispondo à escola, a partir desses recorrentes acontecimentos, da responsabilidade única para a resolução dos problemas historicamente delineados no cerne social, todavia, exerce grande influência e funcionalidade no gerenciamento e resolução dos problemas manifestos socialmente. À escola, deste modo, deve-se esboçar ao que concretamente a cabe socialmente, abarcando os seus mecanismos curriculares e instrumentos pedagógicos, atendidos pela sua filosofia e missão de educar, que lhe é por prioritário.

Desta forma, tomando por base as responsabilidades sociais, aborda-se a própria sociedade como a mediadora de suas próprias demandas, estando a cargo dela trazer à tona as respostas para suas próprias problemáticas e, possivelmente, intentando a resolução das próprias incumbências. Evidencia-se, então, que a atuação dos segmentos educacionais não tão somente, mas complementarmente, não lhe retirando a importância inegável, pode voltar-se à configuração de uma nova sociedade a partir de sua conjuntura curricular. O projeto pedagógico que redimensione uma prática educativa e de gestão que valorizem o valor democrático e o princípio de respeito à diversidade, consequência à aprendizagem preconizada pelos pressupostos sociológicos, visto que, a partir de tal postura, a possível criticidade, indispensável ao alcance da tomada de decisão frente às contradições sociais, podem ser abarcadas, também, pela escola.

Logo, ressalta-se o que dispõe a escola para o trabalho com os valores sociais e cidadãos em sua proposta educacional, elencando os princípios que estão centralizados na filosofia escolar, a exemplo da democracia, o direito à liberdade dos

sujeitos em busca do saber crítico e racional, a valorização da autonomia do pensamento e da liberdade de expressão, assim como o direito ao debate dialético sobre o que é denotado como patrimônio cultural historicamente concebido a partir da construção curricular.

Seguindo esse direcionamento, que a escola possui para alcance da difusão da cidadania, a apropriação dos saberes e razão crítica, que direciona ao pensar criterioso do que é válido nas abordagens metodológicas que não abram mão das reais necessidades locais e globais para aprendizagens significativas, relacionadas às novas competências educacionais para o contexto social contemporâneo. Tende a tratar das aprendizagens significativas, fundamentadas em ambientes educacionais que mantêm um currículo vivo, que transversalmente, dialogue com as necessidades do hoje, de uma proposta educativa que respeita a adesão a valores, a aquisição de conhecimentos e a aprendizagem de práticas de vida pública, numa sinergia permanente entre a educação e a prática democrática participativa e cooperativa, tarefa que deve realizar-se e concretizar-se durante o processo curricular, sendo, pois a educação e a cidadania correlacionadas para a construção social.

A educação para a cidadania constitui uma garantia da democracia e só se exerce em contextos em que haja experiências democráticas. Têm, por isso, grandes responsabilidades os sistemas educativos, os quais devem desenvolver nas novas gerações os saberes e as práticas que concorram a uma cidadania funcional. É imprescindível que a comunidade escolar, experienciando a consciência desta responsabilidade, empenhe-se inquietem na tessitura de uma educação voltada à cidadania. Convém enfatizar que as organizações educativas atentadas a esta necessidade, convergem ao desenvolvimento humano e às relações democráticas. Buffa ressalta ainda, que na relação educação, escola, cidadania e democracia, o que as vincula nas diversas formas de luta popular pela escola não é apenas ser a demanda atendida, mas as formas sociais, organizativas, os processos políticos em que se inserem inúmeras mulheres, homens, jovens, associações, jornais e profissionais da educação. As lutas pela escola e pelo saber, tão legítimas e urgentes, vêm se constituindo um dos campos de avanço político significativo na história dos movimentos populares e na história da construção da cidadania.

É sabido que no momento em que o cenário educativo, como todos os seus atores, atentar à convicção de que o exercício da cidadania é amparado por uma gama de valores e princípios oportunos socialmente, compondo mediante a isso o perfil para a formação do cidadão, valendo-se do significado das responsabilidades pessoal e coletiva, o que se pode concluir que o processo ensino-aprendizagem vincular-se-á inteiramente às necessidades de novos sujeitos educacionais à medida que repense toda estruturação curricular, os saberes relacionais à realidade global, o novo perfil de educador a fim de formar sujeitos aptos ao exercício da cidadania.

Dimensão cidadã e valores sociais

A cidadania é um processo em constante construção, que teve origem, historicamente, com o surgimento dos direitos civis no decorrer do século XVIII (chamado século das luzes) sob a forma de direitos de liberdade, mais precisamente a liberdade de ir e vir, de pensamento, de religião, de reunião, pessoal e econômica, rompendo-se com o feudalismo medieval na busca da participação na sociedade.

A partir dessas ideias, podemos pensar em como preparar o indivíduo para o exercício da cidadania, já que muitos não conhecem seus direitos e deveres de cidadãos. Preparar para a cidadania, educar as pessoas para que elas adquiram o pleno exercício da cidadania é possibilitar às pessoas a consciência de seus direitos e deveres, o direito de estar bem informado para poder contribuir com as suas decisões. Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei, é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva, ou seja, o direito a educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais, fruto de um longo processo histórico que levou a sociedade oriental a conquistar parte dos direitos.

Portanto, não dá para imaginar uma sociedade igualitária, justa e democrática sem a valorização da cidadania. Nesse caso, pode-se dizer que a cidadania é de todos nós; do negro, do branco, do índio, do mulato, do homossexual, do rico, do pobre, dos idosos, dos portadores de deficiência física ou mental, de todas as religiões, culturas e crenças existentes, é, pois, o respeito que todos devemos ter com as diferenças, respeitando-as e promovendo ações para que as outras pessoas também possam entender e respeitar as diferenças de seus semelhantes. Então, respeitar as diferenças é respeitar a si mesmo como cidadãos.

Nesse sentido, é importante ressaltar a importância da arte na educação, pois é através da arte que acontece as mudanças sociais e o processo de construção da sociedade. Ela promove o desenvolvimento integral do indivíduo, fazendo com que ele desenvolva suas aptidões artísticas relacionado à criatividade, expressão, imaginação, emoções. Os sentimentos é a base para que com o auxílio da imaginação o ser humano crie coisas que faça com que sintam-se realizados. Assim, podemos dizer que o objetivo maior da arte é provocar no indivíduo a consciência de que são aptos para exercer a cidadania, para isso só é necessário que sejam estimulados.

Partindo dessa ideia, Comenius destaca em sua Didática magna a arte universal de ensinar tudo a todos. “Ensinar tudo não significa, como afirma Comenius, exigir o conhecimento de todas as ciências e de todas as artes, pois isso seria impossível e inútil. Ensinar tudo significa que se ensine a todos os fundamentos, as razões e os objetivos de todas as coisas, das que existem na natureza e das que se fabricam”. (apud Buffa, 2000, p.20). Corroborando ao discurso de Comenius, atentamos ao discutido:

A ideia de conhecimento pressupõe assumirmos que há uma pluralidade de caminhos, na qual nenhum é privilegiado, nem subordinado em relação ao outro. Existe uma reciprocidade de relações (...). A metáfora do conhecimento em rede possibilita a superação de limites da ciência moderna pelo questionamento de um conjunto de premissas que orientam a atividade científica (ALVES, 2004, p.80).

A respeito de todas essas ideias apresentadas, pode-se fazer referência a uma frase de Paulo Freire, que diz: “É preciso plantar a semente da educação para colher os frutos da cidadania”. Então, podemos dizer que sem a educação será muito difícil

que as pessoas conheçam de verdade os seus direitos e possam reivindicá-los. Por isso, é de fundamental importância o papel que a escola exerce; além das fundações, ONGs etc. Como podemos observar a cidadania não surge simplesmente do nada, como um toque de mágica, nem tão pouco com a simples conquista legal de alguns direitos significará a realização destes direitos tão importantes para nós cidadãos. Para que isso ocorra, é necessário que o cidadão participe, seja ativo, faça valer seus direitos perante a sociedade. O exercício da cidadania pressupõe íntima relação dos indivíduos quando nos referimos aos atos de respeitar e ser respeitado. Nesse sentido, Dallari (1998) nos trás uma contribuição muito significativa quando ele diz que “a cidadania expressa um conjunto de direitos que dá a pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida em sociedade. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro de uma classe social”.

Na visão de Novaes, é inegável, porém, que por toda parte cresce a consciência da cidadania. Por não ser excludente, a cidadania tende a universalização, a se expandir por todo o mundo, e é visível a olho nu um movimento constante que marcha em direção às garantias internacionais dos direitos individuais. É sob essa perspectiva que muitos países (sobretudo aqueles com grandes diferenças sociais, como o Brasil) enfrentam um problema crucial na questão dos direitos individuais: compatibilizar a noção abstrata de igualdade com a certeza e real desigualdade econômica.

Dentre essas abordagens decorrentes, notamos que a cultura e a arte através da educação têm contribuído sobremaneira para que o processo de construção e conquista da cidadania seja alcançado. Partindo desse pressuposto, Herbert de Souza (Betinho) e Carla Rodrigues, trás suas contribuições dizendo que a cultura e a arte constroem um lugar arrasado (seja pelas drogas, violência, fome, etc.).

A cultura apareceu para construir no campo arrasado, para levantar do chão tudo que foi deitado. E descobrir, enquanto é tempo, que o importante é ser cidadão, é ser gente. O que importa é alimentar gente, educar gente, empregar gente. História é gente. Brasil é gente. E descobrir e reinventar gente é a grande obra da cultura. Uma obra que será nossa. Será porque a cultura continua a pensar, discutir, reunir, transformar. A arte sabe e quer fazer mais, muito mais. A arte

tem o poder de transformar, nem que seja primeiro na ficção, na imaginação (RODRIGUES & SOUZA, 1994, p.17-18).

Pedro Demo (1994) também vem mostrar suas contribuições quando ele vem dizer que nunca se pode acentuar em excesso que a cidadania popular organizada não pode ser obra do Estado, ou de técnicos e professores, há um lugar próprio para eles no processo. O Estado, desde que saiba não estorvar, poderia colocar à disposição dos movimentos sociais informação estratégica para o exercício da cidadania, do tipo: quais são as formas de associação, como se formaliza, direitos específicos de grupos, minorias; informação sobre orçamento disponível; prestação de contas sobre metas comprometidas e gastos, entre outros. Outra contribuição de Demo é com relação à importância da educação básica como instrumento mais eficaz para a conquista da cidadania, ao lado da produtividade moderna. Mais uma vez, podemos salientar o grande valor da educação para a conquista da cidadania. Pode-se dizer que, no Brasil, as pessoas e as instituições estão dando maior importância a ações que envolvam a cidadania. Nesse sentido, Rodrigues & Souza diz:

O que se pode perceber hoje é que a Ação da Cidadania, um ano depois de ganhar as ruas, trouxe ao cidadão brasileiro uma nova forma de fazer política, com princípios e estratégias que sempre existiram de forma dispersa na sociedade. O primeiro sinal dessa mudança foi a constatação, inédita no Brasil, de que é possível a partir da sociedade e não a partir do Estado. Foi uma mudança no andar e no olhar político. A campanha também provou que é possível partir do concreto e singular e não do global abstrato. Em vez de trabalhar a estrutura, a Ação da Cidadania apostou no quilo de alimento, no gesto concreto (1994).

Portanto, percebemos o grande valor que o currículo possui para o desenvolvimento da sociedade para que, através da arte e da cultura promovidos, a população perceba que pode mudar o local onde vivem, eles tem grande capacidade mobilizadora e promover ações que mostre as crianças e jovens o grande potencial que eles têm para mudar o contexto espacial local, conseqüentemente, a sociedade em que vivem. É a partir da cidadania que acabaremos com a indiferença existente na sociedade.

Considerações finais

Nem sempre a prática educacional acompanhou os avanços dentro de uma perspectiva que contribuísse substancialmente na mudança da escola e através da transformação social. O que se percebe é que algumas políticas educacionais na sociedade foram trazidas à tona sem o devido olhar acerca das reais pretensões de concepção de educação, dos atores envolvidos nela, condicionando o fazer pedagógico a restringir-se a finalidades que não abarcam as necessidades dos sujeitos de uma educação, ora trazida como tradicional.

Pensando-se assim, é de se perceber que as relações estabelecidas entre cidadania e formas educativas consolidadas formalmente do ponto de vista curricular, ampliam as perspectivas dos direitos e deveres que extrapolam os muros das instituições educativas e, ao mesmo tempo, habitam no cerne das instituições educativas, sendo que veiculam os saberes democráticos dados em sociedade. É vital, para tanto, a necessidade de haver a inserção da temática cidadã e seus pressupostos democráticos na política curricular formal, com um novo olhar para o exercício da cidadania a fim de efetivar o que reza os documentos de cunho legal acerca do processo de ensino-aprendizagem no gerir da preparação discente à realidade da vida social.

Sendo a aprendizagem núcleo da atividade escolar, torna-se incontestável que os pressupostos e princípios que norteiam o desenvolvimento de uma educação pautada ao livre e democrático exercício da cidadania pela necessidade, uma vez validados por políticas que difundam e efetivem a necessidade de compromissar-se com as aprendizagens funcionais, ou seja, a tentativa de inserir aprendizagens adquiridas voltadas para a realidade social, uma vez democrática e inclusiva, atendo-se às suas particularidades individuais, possuidoras de características socioculturais, vivências, costumes e modos próprios, implícitos no caráter multicultural da sociedade pós-moderna.

Assim, é interessante enfatizar-se que o papel da compreensão acerca da temática cidadã atrelada ao processo curricular prima pelo trabalho com valores humanos, vincula-se a consolidação da igualdade, solidariedade, fraternidade e democracia no campo social e educacional, conotando a capacidade de o trabalho com as manifestações ideológicas e culturais, difundindo-se como aspectos efetivos

de promoção da construção social acerca do que compõe o modo de refletir as práticas sociais, em consonância aos pressupostos pedagógicos e educativos, tendendo-se a lançar mão das responsabilidades coletivas e de incumbência social de formar indivíduos para o livre exercício da cidadania e democracia, valendo-se da ideia de que esta é um modelo dos valores legitimados em sociedade e, a partir da educação, a sociedade irá desconstruir posturas dadas no coletivo, manifestando o valor da cidadania na consolidação do social.

Portanto, é de máxima importância para a escola a reflexão quanto ao papel da escola na aquisição da cidadania, na construção de um currículo voltado à realidade, indo de encontro à tônica que legitima diretrizes sem ao menos corresponder às necessidades de efetivação da cidadania. Partindo dessas ideias, pode-se inferir sobre o papel do saber crítico como voltado aos valores reais, ajudando, pois, elucidar olhares a fim de diluir os problemas sociais e políticos dos contextos específicos da sociedade contemporânea, por emergir nas necessidades, dos desejos e do que se concebe como prioritário por parte das comunidades culturais e não de uma comunidade gerida por princípios ilusórios e idealistas que tentem fundamentar a construção de uma sociedade, mas sim a problematização contextual, reflexiva e criteriosa, por excelência, na qual se tenha a possibilidade de expor alternativas na diversidade de opiniões em virtude de dar conta da demanda socioeducativa.

Referências bibliográficas

ALVES, Nilda (org.). **Criar currículo no cotidiano**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, vol. 1, 2004.

ANDRADE, Rosamaria Calaes de (org.). **A gestão da escola**. Porto Alegre/Belo Horizonte: Artmed/Rede Pitágoras, 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Apresentação dos Temas Transversais, Ética. vol. 10. Brasília: MEC/SEF, 1997, 146pag.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento do adolescente o do jovem. **Marco Legal: saúde, um direito de adolescentes.** Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Indagações sobre o currículo: currículo, conhecimento cultural.** Editora do Ministério da Educação, 2008.

DALLARI, Dalmo. **Direitos Humanos e Cidadania.** São Paulo: Moderna, 1998.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania.** Campinas, SP: Papirus, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à prática pedagógica.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LAGE, Gisele Carino. **Revisando o método etnográfico: contribuições para narrativa antropológica.** Disponível em: http://periodos.uel.com.br/index.php/espaco_academico/index.

LDB - Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LEI Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. D. O. U. de 23 de dezembro de 1996.

NOVAES, Carlos Eduardo e LOBO, César. **Cidadania para principiante: a história dos direitos do homem.** São Paulo: Ática, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias do currículo.** 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SOUZA, Herbert e RODRIGUES, Carla. **Ética e Cidadania.** São Paulo: Moderna, 1994.